

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA FIDEJUSSÓRIA
ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE
DISTRIBUIÇÃO, DA OURO VERDE LOCAÇÃO E SERVIÇO S.A.**

celebrado em 03 de novembro de 2015

por

OURO VERDE LOCAÇÃO E SERVIÇO S.A.,

como Emissora;

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,

como Agente Fiduciário;

NOVO ORIENTE PARTICIPAÇÕES LTDA., e

CELSO ANTONIO FRARE,

como Garantidores;

e

LIA NARA QUEIROZ FRARE,

como Cônjuge Anuente.

ÍNDICE

CLAUSULA I. AUTORIZAÇÃO	5
CLAUSULA II. REQUISITOS.....	6
2.1. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E NA ANBIMA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS ("ANBIMA")	6
2.2. ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DOS ATOS SOCIETÁRIOS.....	7
2.3. INSCRIÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO	7
2.5. REGISTRO DAS GARANTIAS	8
CLÁUSULA III. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO.....	8
3.1. SÉRIE	8
3.2. VALOR TOTAL DA EMISSÃO	8
3.3. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES	8
3.4. DESTINAÇÃO DE RECURSOS	8
3.5. NÚMERO DA EMISSÃO	9
3.6. BANCO LIQUIDANTE E ESCRITURADOR	9
3.7. AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	9
CLÁUSULA IV. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES.....	9
4.1. REGIME DE COLOCAÇÃO.....	9
4.2. DATA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES	10
4.3. VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES	11
4.4. FORMA, CONVERSIBILIDADE E COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE DAS DEBÊNTURES	11
4.5. ESPÉCIE	11
4.6. PREÇO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO	15
4.7. PRAZO DE VIGÊNCIA E DATA DE VENCIMENTO	15

4.8. AMORTIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO	15
4.9. REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES.....	15
4.10. DATA DE PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO.....	19
4.11. VENCIMENTO ANTECIPADO.....	20
4.12. PAGAMENTO NA OCORRÊNCIA DE VENCIMENTO ANTECIPADO	30
4.13. RESGATE ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA	30
4.14. MULTA E JUROS MORATÓRIOS	31
4.15. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS	31
4.16. LOCAL DE PAGAMENTO	31
4.17. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS	31
4.18. PUBLICIDADE	32
4.19. REPACTUAÇÃO	32
4.20. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA	32
CLÁUSULA V. OBRIGAÇÕES DA EMISSORA.....	32
CLÁUSULA VI. AGENTE FIDUCIÁRIO.....	40
CLÁUSULA VII ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS	50
CLÁUSULA VIII – DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DOS GARANTIDORES	53
CLÁUSULA IX – NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES	57
CLÁUSULA X – DISPOSIÇÕES GERAIS	60
CLÁUSULA XI – FORO.....	62

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA FIDEJUSSÓRIA
ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE
DISTRIBUIÇÃO, DA OURO VERDE LOCAÇÃO E SERVIÇO S.A.**

Pelo presente “Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Ouro Verde Locação e Serviço S.A.” (respectivamente, “Escritura de Emissão”, “Emissão” ou “Oferta Restrita”);

na qualidade de emissora,

(i) OURO VERDE LOCAÇÃO E SERVIÇO S.A., companhia aberta categoria “A”, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua João Bettega, nº 5.700, CIC, CEP 81.350-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 75.609.123/0001-23, inscrita no NIRE sob n.º 41.300.078.424, neste ato devidamente representada na forma do seu Estatuto Social (“Emissora”);

na qualidade de agente fiduciário das Debêntures (conforme abaixo definido),

(ii) PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, inscrita no NIRE sob n.º 33.300.014.373, neste ato devidamente representada na forma do seu Estatuto Social, na qualidade de agente fiduciário da Emissão (“Agente Fiduciário”), representando a comunhão dos debenturistas da Emissão (“Debenturistas”) (a Emissora e o Agente Fiduciário são doravante referidos em conjunto como “Partes” e, cada qual, individualmente e indistintamente, como uma “Parte”);

na qualidade de Garantidores (conforme definido abaixo) à Emissão,

(iii) CELSO ANTONIO FRARE, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 514.936-3 SSP/PR, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (“CPF/MF”) sob o nº 027.396.159-49, residente e domiciliado na Cidade de

Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Rua João Bettega, nº 5.700, CIC, CEP 81.350-000, na qualidade de garantidor fidejussório da Emissão ("Celso Frare");

(iv) NOVO ORIENTE PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade limitada com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua João Kalinowski, nº 170 - CIC, CEP 81.350-250, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.702.118/0001-15, inscrita no NIRE sob o n. 41.206.354.928, neste ato devidamente representada na forma do seu Contrato Social ("Novo Oriente") e, em conjunto com Celso Frare, os "Garantidores"; e, ainda,

exclusivamente para os fins do disposto no artigo 1.647, III, do Código Civil (conforme definido abaixo),

(v) LIA NARA QUEIROZ FRARE, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade (RG) nº 877.899 SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 872.511.679-72, residente e domiciliada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Rua João Bettega, nº 5.700, CIC, CEP 81.350-000 ("Cônjuge Anuente").

vêm pela presente e na melhor forma de direito celebrar a presente Escritura de Emissão, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir dispostas:

CLAUSULA I. AUTORIZAÇÃO E OBJETO SOCIAL

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 03 de novembro de 2015 ("RCA da Emissora"), nos termos do artigo 59, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.1.1. A Emissora tem por objeto social a exploração das seguintes atividades: (i) locação de veículos e de equipamentos, com ou sem a cessão de operador; (ii) venda e comercialização de ativos imobilizados; (iii) gestão e administração de veículos, máquinas e equipamentos de terceiros; (iv) serviços de transporte rodoviário de cargas municipais, intermunicipais, interestaduais e internacionais, inclusive de produtos perigosos; (v) atividades relacionadas direta ou indiretamente aos serviços de transporte mencionados nas alíneas anteriores, tais como planejamento logístico, carga, descarga, transbordo, movimentação e armazenagem de mercadorias e contêineres, operação portuária, exploração e administração de entrepostos de armazenagem e armazéns gerais; (vi) prestação de serviços e execução de obras de

engenharia civil, inclusive as relacionadas a limpeza e manutenção de vias e logradouros públicos, coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos, domésticos, comerciais, industriais, hospitalares e materiais recicláveis, bem como o transporte e armazenagem de saneantes domissanitários; (vii) prestação de serviços de corte e colheita de cana; (viii) prestação de serviços de carga e descarga, com locação de mão de obra e equipamento de movimentação ao contratante; (ix) coleta de resíduos não perigosos de origem doméstica, urbana ou industrial por meio de lixeiras, veículos, caçambas, etc., bem como limpeza urbana; coleta de materiais recuperáveis; coleta de resíduos em pequenas lixeiras públicas; coleta de resíduos perigosos em qualquer estado físico (sólido, líquido, pastoso, granulado, etc.); coleta de óleo usado recolhido em tambor armazenado junto com reciclável; coleta de resíduos biológicos perigosos; e coleta de lixos hospitalares; e (x) a participação em outras sociedades como acionista ou quotista.

1.2. Para os fins do item 4.5 abaixo, a outorga da Fiança nos termos desta Escritura de Emissão pela Novo Oriente foi autorizada pela Reunião de Sócios da Novo Oriente realizada em 03 de novembro de 2015 ("RS-Novo Oriente"), nos termos do respectivo Contrato Social.

CLAUSULA II. REQUISITOS

2.1. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E NA ANBIMA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS ("ANBIMA")

2.1.1. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos do artigo 6º da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição. Não obstante, o Coordenador Líder (conforme abaixo definido), enviará à CVM (i) comunicação de início da Oferta Restrita, nos termos do artigo 7-A da Instrução CVM 476; e (ii) comunicação de encerramento da Oferta Restrita, nos termos do artigo 8º da Instrução CVM 476.

2.1.2. A Oferta Restrita será registrada pelo Coordenador Líder na ANBIMA, nos termos dos parágrafos primeiro, inciso I e segundo do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", exclusivamente para fins de informar a base de dados, condicionado à expedição, até a data do

encerramento da Oferta Restrita, de diretrizes do Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA, nos termos do artigo 9º, §1º, do referido Código.

2.2. ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DOS ATOS SOCIETÁRIOS

2.2.1. A ata da RCA da Emissora que aprovou a Emissão, incluindo seus respectivos termos e condições, será devidamente arquivada perante a JUCEPAR e publicada pela Emissora no Diário Oficial do Estado do Paraná, no Jornal “Valor Econômico” e no jornal “Indústria & Comércio”, em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I e do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.2. A ata da RS-Novo Oriente que aprovou a prestação da garantia fidejussória pela Novo Oriente será devidamente arquivada perante a JUCEPAR.

2.3. INSCRIÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

2.3.1. Esta Escritura de Emissão e seus aditamentos serão inscritos na JUCEPAR, nos termos do artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, devidamente inscritas na JUCEPAR, tempestivamente após a data de obtenção da referida inscrição.

2.3.2. Adicionalmente, para todos os fins e efeitos legais, as Garantias (nos termos da Cláusula 4.5 abaixo), esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão registrados nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos das Cidades de Curitiba, Estado do Paraná e Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário tempestivamente, após a data de obtenção dos referidos registros, 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, devidamente registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos citados acima.

2.4. REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO, NEGOCIAÇÃO E CUSTÓDIA ELETRÔNICA

2.4.1. As Debêntures serão depositadas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”) e do Módulo CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP 21”), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo

a distribuição e a negociação liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado e não organizado, exclusivamente por Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua cada data de subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 14, e observado o cumprimento pela Emissora das obrigações previstas no artigo 17, da Instrução CVM 476.

2.4.3. Para efeitos da Cláusula 2.4.2 acima, consideram-se Investidores Qualificados aqueles definidos no artigo 9º-B da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada (“Investidores Qualificados” e “Instrução CVM 539”).

2.5. REGISTRO DAS GARANTIAS

2.5.1. As Garantias (conforme definido no item 4.5 abaixo) deverão ser constituídas e registradas, na forma prevista nos Documentos das Garantias (conforme abaixo definido), nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos, conforme aplicável.

CLÁUSULA III. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. SÉRIE

3.1.1. A Emissão será realizada em série única.

3.2. VALOR TOTAL DA EMISSÃO

3.2.1. O valor total da Emissão será de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) (“Valor Total da Emissão”).

3.3. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES

3.3.1. Serão emitidas 20.000 (vinte mil) debêntures (“Debêntures”).

3.4. DESTINAÇÃO DE RECURSOS

3.4.1. Os recursos líquidos captados por meio da Oferta Restrita serão utilizados no curso normal dos negócios da Emissora, na seguinte ordem, para: (i) aplicação nos CDBs Cedidos Fiduciariamente; (ii) reforço de liquidez e da estrutura de capital de giro; e (iii) o refinanciamento de dívidas da Companhia.

3.5. **NÚMERO DA EMISSÃO**

3.5.1. Esta Escritura de Emissão representa a 4ª (quarta) emissão de debêntures da Emissora.

3.6. **BANCO LIQUIDANTE E ESCRITURADOR**

3.6.1. A instituição prestadora dos serviços de banco liquidante e de escriturador das Debêntures é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo na Avenida Yara, S/N, Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º Andar, inscrita no CNPJ/MF n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" e "Escriturador").

3.7. **AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO**

3.7.1. Foi contratada como agência de classificação de risco das Debêntures a Fitch Ratings ("Agência de Classificação de Risco").

CLÁUSULA IV. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. **REGIME DE COLOCAÇÃO**

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de subscrição para a totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários (sendo a instituição intermediária líder, "Coordenador Líder" e, em conjunto com as demais instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, "Coordenadores"), por meio do módulo MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, e destinadas exclusivamente à subscrição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais (conforme definido abaixo), observados o artigo 3º da Instrução CVM 476 (procura de, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais) e os termos e condições do "Contrato de Coordenação, Colocação e de Distribuição Pública com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme de Subscrição, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações,

da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, da 4ª Emissão Pública da Ouro Verde Locação e Serviço S.A.” (“Contrato de Colocação”).

4.1.2. Para efeitos da Cláusula 4.1.1 acima, consideram-se Investidores Profissionais aqueles definidos no artigo 9º-A da Instrução CVM 539 (“Investidores Profissionais”).

4.1.3. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Profissional assinará declaração atestando estar ciente de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições.

4.1.4. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Profissionais interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

4.1.5. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

4.1.6. As Debêntures serão subscritas através do MDA, utilizando-se os procedimentos da CETIP.

4.1.7. As Debêntures serão depositadas para negociação no mercado secundário através do CETIP 21, utilizando-se os procedimentos da CETIP.

4.1.8. Caso não haja demanda suficiente de investidores para as Debêntures, os Coordenadores realizarão a subscrição e integralização das Debêntures até o limite da garantia firme, nos termos do Contrato de Colocação, de forma individual e não solidária.

4.2. DATA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES

4.2.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 11 de novembro de 2015 (“Data de Emissão”).

4.3. VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES

4.3.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.4. FORMA, CONVERSIBILIDADE E COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE DAS DEBÊNTURES

4.4.1. As Debêntures serão simples e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador das Debêntures. Adicionalmente, a titularidade das Debêntures será comprovada, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, por extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista.

4.5. ESPÉCIE

4.5.1. As Debêntures são da espécie com garantia real, na forma disposta pelo artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, contando, ainda, com garantia fidejussória adicional outorgada pelos Garantidores.

4.5.1.1. A garantia real é representada pela cessão fiduciária, que opera a transferência da propriedade fiduciária, do domínio resolúvel e da posse indireta, nos termos da legislação aplicável:

- (i) da totalidade dos direitos da Emissora com relação aos Certificados de Depósito Bancário - CDBs com liquidez diária de emissão do HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo ("Instituição Depositária"), de titularidade da Emissora ("CDBs Cedidos Fiduciariamente"), emitidos para aplicação dos recursos representativos de, no mínimo, 10% (dez por cento) do saldo devedor do Valor Total da Emissão, incluindo a Remuneração (conforme abaixo definido) ("Valor Mínimo da Garantia dos CDBs Cedidos Fiduciariamente"), durante todo o prazo de vigência das Debêntures, depositados em conta vinculada mantida pela Emissora junto à Instituição Depositária, conforme identificada no Contrato de Cessão Fiduciárias (conforme definido abaixo) ("Conta Vinculada"), bem como os direitos creditórios dele decorrentes, que devem permanecer livres e desembaraçados de quaisquer ônus,

gravames, dívidas ou restrições, até a liquidação integral das obrigações assumidas pelas Emissora nesta Escritura de Emissão, bem como todos e quaisquer direitos de crédito existentes ou que venham a se constituir no futuro, decorrentes dessa aplicação financeira, incluindo, mas sem limitações, todos os recursos, direitos, frutos, rendimentos, atualizações, pagamentos, acréscimos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a ela relacionados, presentes ou futuros, nos termos do “*Contrato de Cessão Fiduciária de Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e de Direitos Creditórios em Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças*” (“Contrato de Cessão Fiduciária”); e

- (ii) dos direitos creditórios originados de contratos firmados entre a Emissora e seus clientes dos segmentos de locação de máquinas e equipamentos pesados e de terceirização de veículos leves, todos identificados no Contrato de Cessão Fiduciária (“Contratos de Frota”) livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames, dívidas ou restrições, até a liquidação integral das obrigações assumidas pelas Emissora nesta Escritura de Emissão, abrangendo, também, todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências e prerrogativas a estes relacionados, bem como todos e quaisquer encargos ou multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas à Emissora pelas contrapartes dos Contratos de Frota (“Direitos Creditórios Cedidos” e, em conjunto com os CDBs Cedidos Fiduciariamente, “Garantia Real”), sendo que, a todo tempo, o valor dos direitos creditórios futuros associados aos contratos de frota devem corresponder, conjuntamente, a, no mínimo, 100% (cem por cento) do saldo devedor do Valor Total da Emissão, incluindo a Remuneração (conforme abaixo definido) (“Valor Mínimo da Garantia dos Direitos Creditórios Cedidos”), durante todo o prazo de vigência das Debêntures, sendo certo que serão consideradas, para efeito do cálculo do índice de cobertura acima mencionado, apenas as parcelas vincendas dos Direitos Creditórios Cedidos devidas até o final do prazo de vigência das Debêntures, ou seja, quaisquer parcelas vincendas dos Diretos Creditórios Cedidos com data posterior ao término da vigência das Debêntures deverão ser desconsideradas para fins do referido cálculo, observados os demais termos e condições do Contrato de Cessão Fiduciária; e

- (iii) a totalidade dos direitos da Emissora relativos à Conta Vinculada, incluindo as aplicações financeiras existentes ou feitas de tempos em tempos com recursos nela depositados, incluindo os CDBs Cedidos Fiduciariamente e os decorrentes dos Contratos de Frota, incluindo eventuais rendimentos.

4.5.1.2. A garantia fidejussória adicional das Debêntures (“Fiança” e, em conjunto com a Garantia Real, “Garantias”) é representada por fiança, concedida pelos Garantidores com a expressa anuência da Cômputo Anuente que assina a presente Escritura de Emissão, exclusivamente para tal finalidade, nos termos das disposições legais aplicáveis e conforme as disposições dos itens abaixo.

4.5.1.3. Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, os Garantidores prestam solidariamente fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se solidariamente como fiadores e principais pagadores pelo pagamento de todos os valores devidos pela Emissora no âmbito da Emissão e da presente Escritura de Emissão, nos termos descritos a seguir:

- (i) os Garantidores declaram-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, solidariamente, fiadores e principais pagadores do Valor Total da Emissão, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo, sem limitação, aquelas devidas ao Agente Fiduciário, bem como honorários advocatícios, e outras despesas e custos comprovados (“Valor Garantido”);

- (ii) o Valor Garantido será pago por qualquer dos Garantidores no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário aos Garantidores nesse sentido, mediante a qual será informada a falta de pagamento por parte da Emissora, na respectiva data de pagamento, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, sem limitação, os montantes devidos aos titulares das Debêntures a título de Valor Nominal Unitário, conforme o caso, Remuneração e/ou encargos de qualquer natureza. Em tal caso, os pagamentos deverão ser realizados pelo Garantidor aplicável de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão, fora do âmbito da CETIP;

(iii) os Garantidores expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838, e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil") e os artigos 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil") e dos artigos 130 e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme aplicável ("Novo Código de Processo Civil");

(iv) os Garantidores desde já concordam e obrigam-se a somente exigir e/ou demandar da Emissora qualquer valor por eles honrados nos termos da Fiança após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão;

(v) cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, conforme função que lhe é atribuída, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão;

(vi) mediante a excussão da Fiança objeto deste item 4.5.1.3 os Garantidores sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas perante a Emissora, conforme aplicável;

(vii) a Fiança de que trata este item 4.5.1.3 entrará em vigor na Data de Emissão vigendo até o pagamento integral do Valor Garantido, quer seja pela Emissora ou por qualquer dos Garantidores nos termos deste item 4.5.1.3;

(viii) os Garantidores desde já reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data de pagamento integral do Valor Garantido, ficando estabelecido que tal disposição poderá ser alterada mediante aprovação prévia dos Debenturistas reunidos em AGD de Debenturistas;

(ix) a Fiança de que trata este item 4.5.1.3 foi devidamente consentida de boa fé pelos Garantidores, nos termos das disposições legais aplicáveis; e

(x) a Fiança de que trata este item 4.5.1.3 poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido.

4.5.2. As Garantias referidas acima são outorgadas em caráter irrevogável e irretratável pela Emissora e pelos Garantidores, com a anuência do Cônjuge Anuente, conforme aplicável,

vigendo até a integral liquidação do Valor Garantido, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, da presente Escritura de Emissão e demais instrumentos jurídicos competentes à formalização das Garantias, a serem firmados entre a Emissora, os Garantidores, o Cônjuge Anuente, o Agente Fiduciário e a Instituição Depositária da Conta Vinculada (conjuntamente, "Documentos das Garantias").

4.6. PREÇO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO

4.6.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme definida abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme abaixo definido) até a Data de Integralização, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP ("Preço de Integralização").

4.7. PRAZO DE VIGÊNCIA E DATA DE VENCIMENTO

4.7.1. As Debêntures terão o prazo de vigência de 36 (trinta e seis) meses contados a partir da Data de Emissão, com vencimento, portanto, em 11 de novembro de 2018 ("Data de Vencimento").

4.8. AMORTIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO

4.8.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira parcela devida após o decurso de 13 (treze) meses contados da Data de Emissão ou seja, no dia 11 de dezembro de 2016, vencendo das demais parcelas mensalmente sempre no dia 11 de cada mês subsequente, ficando estabelecido que cada uma das 23 (vinte e três) primeiras parcelas de pagamento do Valor Nominal Unitário (ou saldo de Valor Nominal Unitário) de cada Debênture será correspondente a 4,1667% do Valor Nominal Unitário (ou saldo de Valor Nominal Unitário) e a 24ª (vigésima quarta) parcela será correspondente ao saldo do Valor Nominal Unitário remanescente na Data de Vencimento. As parcelas de pagamento de Valor Nominal Unitário (ou saldo de Valor Nominal Unitário) das Debêntures são representadas conforme a tabela que consta no Anexo 4.8.1. desta Escritura de Emissão.

4.9. REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES

4.9.1. Atualização Monetária. As Debêntures não terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado monetariamente.

4.9.2. Remuneração das Debêntures. A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, incidentes sobre o respectivo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário e correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros - de um dia, “*over extra grupo*”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponibilizado em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida de uma sobretaxa ou *spread* equivalente a 3,25% a.a. (três inteiros e vinte e cinco centésimos *por cento* ao ano), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo) (“Remuneração”).

4.9.2.1. O cálculo da Remuneração das Debêntures será realizado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (Fator \ de \ Juros - 1),$$

, onde:

“**J**” corresponde ao valor unitário dos juros devidos às Debêntures, no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

“**VNe**” corresponde ao Valor Nominal Unitário de emissão das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

“FatorJuros” é o fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de sobretaxa ou *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

, onde

“Fator DI” corresponde ao produtório das Taxas DI-Over, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)] \quad , \text{ onde}$$

“ n_{DI} ” corresponde ao número total de Taxas DI-Over, sendo **“ n_{DI} ”** um número inteiro;

“ TDI_k ” corresponde à Taxa DI-Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1$$

, onde:

“ k ” 1, 2,..., n ;

“ DI_k ” corresponde à Taxa DI-Over, divulgada pela CETIP utilizada com 2 (duas) casas decimais;

“ d_k ” corresponde ao número de Dias Úteis correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI-Over, sendo **“ d_k ”** um número inteiro;

“FatorSpread” corresponde à sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

, onde:

“**spread**” corresponde a 3,2500; e

“**DP**” corresponde ao número de Dias Úteis entre a Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

Ficando estabelecido, para os fins do presente item que:

- (i) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;
- (ii) o fator resultante da expressão $[1 + (TDI-k)]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento;
- (iii) efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI-k)]$, sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iv) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (v) o fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.9.2.2. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, desde a Data de Emissão - ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

4.9.2.3. Define-se “Período de Capitalização” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao

período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento.

4.10. DATA DE PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO

4.10.1. O pagamento da Remuneração será feito mensalmente desde a Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento realizado em 11 de dezembro de 2015 e o último na Data de Vencimento das Debêntures, nos termos do artigo 132, parágrafo 3º do Código Civil (cada uma, uma “Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures”). Farão jus à Remuneração aqueles que forem titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

4.10.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cláusula IV, será utilizado, em substituição, o último valor divulgado para a Taxa DI, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.10.3. Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis, contado a partir da data esperada para a sua apuração e/ou divulgação (o “Período de Ausência da Taxa DI”), ou ainda, no caso de extinção da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados: (i) do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis; ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar AGD das Debêntures, nos termos do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, para definir, de comum acordo com a Emissora - observada a regulamentação aplicável – o novo parâmetro de remuneração a ser aplicado às Debêntures, conforme prática de mercado. A AGD será realizada no prazo de até 25 (vinte e cinco) dias corridos, contado a partir do último Período de Ausência da Taxa DI.

4.10.4. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração a ser aplicado às Debêntures entre a Emissora e os Debenturistas, fica a Emissora desde já obrigada a resgatar a totalidade das Debêntures, com o respectivo e consequente cancelamento, no prazo de até 20 (vinte) Dias Úteis, contado a partir da data de realização da respectiva AGD ou na Data de Vencimento (o que ocorrer primeiro), acrescido da respectiva Remuneração devidos até a data

do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso. Será utilizado para o cálculo da Remuneração o valor da última Taxa DI divulgada até a data do cálculo.

4.10.5. O resgate aqui definido seguirá os procedimentos adotados pela CETIP, ficando estabelecido que a CETIP será comunicada de tal resgate com, no mínimo, 02 (dois) Dias Úteis de antecedência, e será efetuado por meio do Escriturador para cada Debenturista cujas Debêntures não estejam depositadas em custódia eletrônica na CETIP.

4.11. VENCIMENTO ANTECIPADO

4.11.1. O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigirá o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de cada Debênture, acrescido da Remuneração, devidos desde a Data de Emissão, ou da Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, inclusive, até a data do efetivo pagamento, exclusive, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, mediante a ciência da ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos ("Evento de Vencimento Antecipado"):

- (i) inadimplemento, por parte da Emissora e/ou dos Garantidores, de qualquer obrigação pecuniária referente às Debêntures, desde que tal inadimplemento não seja sanado em até 1 (um) Dia Útil contado a partir da data do inadimplemento;
- (ii) inadimplemento, por parte da Emissora e/ou dos Garantidores, de qualquer obrigação não pecuniária referente às Debêntures, desde que tal inadimplemento não seja sanado em até 10 (dez) dias corridos contados a partir da data do inadimplemento;
- (iii) (a) decretação de falência da Emissora e/ou da Novo Oriente; (b) pedido de falência pela Emissora e/ou da Novo Oriente; (c) pedido de falência da Emissora e/ou da Novo Oriente formulado por terceiro(s) e não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou da Novo Oriente, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou da Novo Oriente;

(iv) transferência, pela Emissora e/ou pelos Garantidores, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se previamente autorizado por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures então em circulação, em AGD convocada para esse fim;

(v) não renovação ou o cancelamento, revogação ou suspensão de autorizações e/ou licenças, inclusive ambientais, que sejam exigidas por lei e de responsabilidade legal da Emissora ou de quaisquer de suas afiliadas e relevantes para a operação das atividades conduzidas pela Emissora na forma em que atualmente conduzidas, exceto se: (a) dentro do prazo de 30 (trinta) Dias Úteis contados de tal não renovação, cancelamento, suspensão ou revogação, a Emissora ou qualquer de suas afiliadas comprovar a existência de provimento judicial autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora, até a renovação ou a obtenção da referida autorização ou licença; ou (b) em 30 (trinta) Dias Úteis da não renovação ou do cancelamento, suspensão ou renovação, forem obtidas pela Emissora ou por qualquer de suas afiliadas novas autorizações ou licenças; ou (c) a Emissora ou qualquer de suas afiliadas, dentro de 30 (trinta) Dias Úteis da não renovação ou do cancelamento, suspensão ou renovação, conteste, de boa fé e pelos meios adequados, qualquer desses atos e obtenha medida cautelar ou liminar em seu favor suspendendo os efeitos da não renovação ou cancelamento, revogação ou suspensão;

(vi) ocorrência de algum dos seguintes eventos, afetando negativamente a Fiança outorgada no âmbito da Emissão, a saber, morte, interdição, prisão, incapacidade, insolvência, ou ainda qualquer dos eventos descritos no item 4.11(iii) acima de qualquer dos Garantidores, exceto se a Emissora e/ou os Garantidores reforçarem a Fiança perante o Agente Fiduciário e os Debenturistas em até 30 (trinta) dias corridos contados da ocorrência de qualquer tal evento. Para os fins deste item (vi), mediante a ocorrência de qualquer dos eventos acima, a Emissora e/ou os Garantidores deverão submeter à aprovação dos Debenturistas em AGD, proposta de aprovação, a critério dos Debenturistas, de novo garantidor para aderir a esta Escritura de Emissão na qualidade de Garantidor;

(vii) inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias, cujo valor, unitário ou agregado, seja acima de (i) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para a Emissora; e (ii) R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para os Garantidores, desde que tal

inadimplemento não seja sanado em até 5 (cinco) dias corridos, caso não exista um prazo de cura pré-estabelecido na respectiva obrigação (*cross-default*);

(viii) protesto legítimo de títulos contra a Emissora ou os Garantidores, com valor unitário ou agregado de, no mínimo, (i) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para a Emissora; e (ii) R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para os Garantidores, por cujo pagamento a Emissora ou os Garantidores sejam responsáveis, ainda que na condição de garantidores, desde que referido protesto não seja sanado ou suspenso em até 5 (cinco) dias corridos, contados a partir da data em que a Emissora tomar ciência da ocorrência de referido protesto;

(ix) descumprimento de qualquer decisão transitada em julgado de natureza judicial ou sentença arbitral definitiva proferida contra a Emissora ou Garantidores, em valor individual ou agregado igual ou superior a (i) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para a Emissora; e (ii) R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para os Garantidores, desde que tal descumprimento não tenha sido sanado em até 15 (quinze) dias corridos contados a partir da respectiva data de descumprimento;

(x) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(xi) aprovação, pelo competente órgão deliberativo da Emissora, da realização do fechamento do capital da Emissora, com o consequente cancelamento de seu registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM;

(xii) caso a Emissora vier a cessar suas atividades empresariais ou a adotar medidas societárias voltadas à sua liquidação ou dissolução;

(xiii) alteração, direta ou indireta, do controle acionário da Emissora e da Novo Oriente, sem aprovação prévia dos titulares das Debêntures, reunidos em AGD, entendendo-se por controle as prerrogativas contempladas no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;

(xiv) implementação, integração e/ou de outra forma, envolvimento da Emissora em qualquer operação de reestruturação societária, incluindo, sem limitação, qualquer fusão, cisão ou incorporação (inclusive incorporação de ações), exceto: (a) se qualquer

outra sociedade (quer seja uma afiliada da Emissora ou não) envolvida em e/ou resultante de tal reestruturação societária aderir a esta Escritura de Emissão na qualidade de Garantidor da Emissão; ou (b) se prévia e expressamente autorizado pelos Debenturistas em AGD;

(xv) implementação, integração e/ou de outra forma, envolvimento da Novo Oriente em qualquer operação de reestruturação societária, incluindo, sem limitação, qualquer fusão, cisão ou incorporação (inclusive incorporação de ações), exceto: (a) se qualquer outra sociedade (quer seja uma afiliada da Novo Oriente ou não) envolvida em e/ou resultante de tal reestruturação societária aderir a esta Escritura de Emissão na qualidade de Garantidor da Emissão; ou (b) se prévia e expressamente autorizado pelos Debenturistas em AGD;

(xvi) alteração ou modificação do objeto social previsto no Estatuto Social da Emissora que modifique substancialmente as respectivas atividades praticadas à Data da Emissão;

(xvii) descumprimento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, conforme prevista na Cláusula 3.4.1 desta Escritura de Emissão;

(xviii) descumprimento dos termos e condições previstos no Contrato de Cessão Fiduciária, inclusive eventuais prazos de cura estabelecidos no referido contrato;

(xix) realização, seja a que título for, de qualquer pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer participação estatutária em lucros – exceto no que se refere ao dividendo mínimo obrigatório exigido pela Lei das Sociedades por Ações e/ou legislação aplicável: (a) sendo permitidos quaisquer tais pagamentos até 30% (trinta por cento) do lucro líquido apurado no exercício, caso a Emissora esteja adimplente com suas obrigações no âmbito da Emissão; ou (b) sendo proibidos quaisquer tais pagamentos, caso a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações no âmbito da Emissão;

(xx) redução do capital social da Emissora e/ou da Novo Oriente, exceto se prévia e expressamente autorizado pelos Debenturistas em AGD;

(xxi) se a Emissora realizar, sem a prévia anuência dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, direta ou indiretamente, qualquer operação ou série de operações (incluindo, entre outras, compra, venda, arrendamento ou troca de bens, concessão de empréstimos ou adiantamentos) com qualquer Parte Relacionada (conforme definido abaixo), direta ou indiretamente, a menos que a referida operação ou série de operações seja em termos e condições não menos favoráveis do que aqueles que seriam obtidos em uma operação comparável, em termos estritamente comerciais, com uma pessoa ou entidade que não seja uma Parte Relacionada. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Parte Relacionada" significa a Emissora, os Garantidores ou quaisquer de suas afiliadas, assim como qualquer administrador ou familiar de qualquer das pessoas aqui referidas e qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, por administrador ou familiar de qualquer das sociedades aqui referidas;

(xxii) se, durante a vigência desta Escritura de Emissão, for constituída ou prestada qualquer garantia (real ou fidejussória), cessão ou alienação fiduciária, penhora, arrolamento, arresto, sequestro, penhor, hipoteca, usufruto, arrendamento, vinculação de bens, concessão de privilégio ou preferência ou qualquer outro ônus real, gravame ou direito real de garantia ("Gravames") sobre os bens e/ou direitos da Emissora e/ou dos Garantidores existentes na Data de Emissão, qualquer que seja o seu valor, e sobre os quais não recaia na Data de Emissão quaisquer Gravames, a não ser no caso de eventual renovação ou prorrogação de dívidas contratadas na Data de Emissão, desde que qualquer tal renovação ou prorrogação não envolva o oferecimento de qualquer Gravame adicional àqueles existentes na Data de Emissão, no que tange aos bens e/ou direitos da Emissora e/ou dos Garantidores existentes na Data de Emissão, qualquer que seja o seu valor;

(xxiii) se, durante a vigência desta Escritura de Emissão, a Emissora dispuser, transferir, ceder ou alienar (ainda que em caráter fiduciário), empenhar ou constituir qualquer outro ônus ou Gravame sobre os bens e direitos objeto da Cessão Fiduciária;

(xxiv) ocorrência de quaisquer eventos ou situações que impossibilitem o exercício, pelos Debenturistas, de seus direitos e garantias decorrentes desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Garantias, incluindo, mas sem limitações, a ocorrência de uma Mudança Adversa Relevante (conforme definido abaixo), desde

que, sendo passível de remediação, tal evento ou situação não deixe de surtir efeitos dentro do prazo de 5 (cinco) dias após sua ocorrência ou verificação, e após sua respectiva notificação pelo Agente Fiduciário à Emissora. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Mudança Adversa Relevante" significa: (i) qualquer efeito prejudicial relevante na situação (financeira ou de outra natureza), negócio, bens, resultados operacionais e/ou perspectivas da Emissora e/ou de quaisquer de suas afiliadas, que afete ou possa afetar a capacidade jurídica e/ou econômico-financeira da Emissora e/ou dos Garantidores, de cumprir suas obrigações financeiras e/ou não financeiras decorrentes das Debêntures e dos Documentos das Garantias; e/ou (ii) qualquer evento ou condição que, após o decurso de prazo e/ou envio de notificação, possa resultar em um Evento de Vencimento Antecipado das Debêntures;

(xxv) declaração de vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Emissora e/ou dos Garantidores, cujo valor unitário ou agregado seja superior a (i) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para a Emissora; e (ii) R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para os Garantidores, desde que tal descumprimento não tenha sido sanado em até 5 (cinco) dias corridos contados a partir da respectiva data de descumprimento (*cross acceleration*);

(xxvi) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Emissora em qualquer dos documentos relacionados à Oferta Restrita são falsas, incorretas ou enganosas;

(xxvii) não manutenção, pela Emissora, dos respectivos registros contábeis de forma precisa e completa, auditados por uma das seguintes empresas de auditoria ("Audidores Independentes"): KPMG Auditores Independentes, Price Waterhouse Coopers, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.A ou Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes;

(xxviii) não atendimento, após decorridos eventuais prazos de cura previstos no Contrato de Cessão Fiduciária, às obrigações de reforço, substituição e/ou aos limites, percentuais e/ou valores das Garantias;

(xxix) se qualquer documento da Emissão, incluindo-se, mas não se limitando ao Contrato de Cessão Fiduciária, ou qualquer uma de suas disposições forem

revogados, rescindidos, se tornarem nulos, de forma a subtrair a validade ou eficácia da Emissão, e tal efeito não for sanado no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contado da ocorrência, em cada caso, de forma que afetem de maneira adversa a capacidade da Emissora de cumprir com as respectivas obrigações ligadas à Emissão;

(xxx) invalidade, nulidade, inexecutabilidade ou ineficácia desta Escritura de Emissão (e/ou de qualquer de suas disposições que afetem de maneira adversa a capacidade da Emissora de cumprir com as respectivas obrigações ligadas à Emissão) e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária (e/ou de qualquer de suas disposições que afetem de maneira adversa a capacidade da Emissora de cumprir com as respectivas obrigações ligadas à Emissão), declarada em sentença arbitral definitiva, decisão judicial transitada em julgado ou administrativa irrecurável;

(xxxi) questionamento judicial, pela Emissora e/ou por qualquer afiliada ou pelos Garantidores, quanto à validade, eficácia ou executabilidade de qualquer disposição desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Documentos das Garantias e/ou das Garantias, nos termos aqui e ali indicados;

(xxxii) obtenção de decisão judicial transitada em julgado por qualquer pessoa que não aquelas indicadas no item (xxx), que limite a validade, eficácia, ou executabilidade desta Escritura de Emissão e/ou dos Documentos das Garantias e/ou das Garantias;

(xxxiii) não observância pela Emissora, durante o Prazo de Vigência das Debêntures, de qualquer dos seguintes índices e limites financeiros ("Covenants Financeiros"), calculados com base nas informações financeiras auditadas da Emissora ao final de cada trimestre, sendo a primeira verificação realizada com relação ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2015, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir do seu envio ao Agente Fiduciário, nos termos do item 5.1(c) abaixo), a saber:

(a) **DÍVIDA LÍQUIDA FINANCEIRA/EBITDA AJUSTADO DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS** deverá, durante cada trimestre, ser menor ou igual a: 3,1 (três inteiros e um décimo);

(b) **EBITDA AJUSTADO DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS/DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS** deverá, durante cada trimestre, ser maior ou igual a: 3,2 (três inteiros e dois décimos); e

(c) **DÍVIDA LÍQUIDA FINANCEIRA/ATIVO IMOBILIZADO** deverá, durante cada trimestre, ser menor ou igual a 1 (um inteiro);

considerando, para a verificação dos *Covenants* Financeiros que:

(1) **EBITDA AJUSTADO DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS** deverá significar (1.1) o lucro (prejuízo) líquido dos últimos 12 (doze) meses, excluídos os efeitos: (1.1.1) do imposto de renda e da contribuição social; (1.1.2) do RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO; (1.1.3) da equivalência patrimonial; (1.1.4) das despesas de depreciação e amortização; e (1.1.5) dos montantes de PIS e COFINS diferidos calculados sobre a depreciação; e (1.1.6) de outras receitas (despesas) operacionais líquidas; somado (1.2) à receita obtida com a venda da frota e às outras receitas (despesas) operacionais líquidas que resultem em fluxos de caixa. Para os presentes fins, entende-se por “frota” quaisquer veículos leves, veículos pesados, veículos utilitários, máquinas e equipamentos de titularidade da Emissora;

(2) **DÍVIDA LÍQUIDA FINANCEIRA** deverá significar, com relação à Emissora e em relação a qualquer período, sem duplicidade, (2.1) a somatória de (2.1.1) todos os endividamentos da Emissora no que diz respeito a valores em dinheiro tomados em empréstimo de qualquer instituição financeira, incluindo, sem limitação, obrigações relacionadas ao aceite de linhas de crédito e de empréstimos relativos a cartas de crédito; (2.1.2) todas as garantias diretas ou indiretas da Emissora com relação a obrigações (contingentes ou de outra maneira) da Emissora para com qualquer outra pessoa ou instituição financeira, por operações de empréstimo ou de pagamento de preço de compra diferido de bens ou serviços (não estando incluída qualquer garantia direta ou indireta da Emissora relacionada a obrigações contratuais não expressamente elencadas neste item (2.1.2.); (2.1.3) todas as obrigações da Emissora representadas por debêntures, notas promissórias ou outros títulos e/ou valores mobiliários similares; (2.1.4) todas as obrigações da Emissora, na sua condição de

arrendatária em contratos de *leasing*, em conformidade com os termos de contratos de *leasing* que devam ter sido ou que devam ser, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, registrados como *leasing* de bens do imobilizado, conforme aplicável; (2.1.5) todos os endividamentos da Emissora garantidos por um ônus sobre qualquer propriedade pertencente à Emissora, independentemente de a Emissora de outro modo ter se tornado responsável pelo pagamento dos mesmos, conforme aplicável; (2.1.6) outras dívidas onerosas consolidadas junto a quaisquer pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo dívidas tributárias, valores a pagar a acionistas, líquidas do saldo a receber e do saldo a pagar decorrentes de derivativos, incluindo contratos de *hedge* e/ou quaisquer outros contratos de derivativos; (2.2) deduzida de todos os saldos nas contas de caixa e aplicações financeiras vinculadas ou não da Emissora;

(3) **DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS** deverá significar: (i) as despesas financeiras calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses, incluindo mas sem limitação a despesas de juros, descontos concedidos a clientes em virtude do pagamento antecipado de títulos, comissões e despesas bancárias, e tributos, contribuições e despesas de qualquer natureza oriundos de operações financeiras, descontadas; de (ii) o somatório de receitas financeiras calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses, incluindo mas não se limitando a receitas de aplicações financeiras. Fica desde já estabelecido que deverá ser considerado no cálculo da Despesa Financeira Líquida o resultado, positivo ou negativo, da marcação a mercado de contratos de *hedge* e/ou quaisquer outros contratos de derivativos; e;

(4) **ATIVO IMOBILIZADO** deverá significar as aplicações permanente em bens e direitos que são direcionados à manutenção da atividade da empresa (é composta de bens como máquinas, equipamentos, terrenos, prédios, edificações, veículos e outros); e

(5) **RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO** deverá significar a diferença entre receitas financeiras e despesas financeiras, das quais deverão ser excluídos os juros sobre capital próprio. O RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO será apurado em módulo se for negativo e, se for positivo, não será considerado para cálculo;

(xxxiv) ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil;

4.11.2. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos itens v, xiii, xxvi, xxvii, xxxi, xxxii, xxxiii, xxxiv da Cláusula 4.11.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar os titulares das Debêntures, em até 5 (cinco) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, para que os titulares das Debêntures se reúnam em AGD com a finalidade de deliberar sobre o vencimento antecipado das Debêntures ("Deliberação"), nos termos da Cláusula VII abaixo.

4.11.2.1. Na AGD mencionada na Cláusula 4.11.2 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quorum previstos na Cláusula VII desta Escritura de Emissão, os Debenturistas poderão votar pela não declaração de vencimento antecipado, mediante deliberação de titulares de Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures então em circulação.

4.11.2.2. Na hipótese (i) de não instalação da AGD mencionada na Cláusula 4.11.2 acima por falta de quorum; ou (ii) de não ser exercida a faculdade prevista na Cláusula 4.11.2.1 acima (i.e., não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures), o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

4.11.3. Observada a Cláusula 6.6.1 abaixo, a ocorrência de qualquer dos demais eventos indicados na Cláusula 4.11.1 acima, que não aqueles previstos na Cláusula 4.11.2 acima, resultará no vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, bem como, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial à Emissora. Na hipótese de Evento de Vencimento Antecipado automático, seus efeitos poderão ser suspensos somente mediante decisão de Debenturistas representando 75% (setenta por cento) das Debêntures em circulação.

4.11.4. Para fins do item (iii) da Cláusula 4.11.1 acima, será considerado como decretação de falência, recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, qualquer procedimento extrajudicial ou judicial análogo previsto na legislação que venha a substituir ou complementar a atual legislação aplicável a falências, recuperação judicial e extrajudicial, conforme definidos, em ambos os casos, na Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme alterada.

4.11.5. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, nos termos da presente Cláusula 4.11, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada, ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (i) à Emissora, com cópia para CETIP, ficando estabelecido que a CETIP será comunicada de qualquer Evento de Vencimento Antecipado com, no mínimo, 02 (dois) Dias Úteis de antecedência para a realização de qualquer pagamento ensejado por cada tal Evento de Vencimento Antecipado; e (ii) ao Banco Liquidante.

4.12. PAGAMENTO NA OCORRÊNCIA DE VENCIMENTO ANTECIPADO

4.12.1. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.11 acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da última Remuneração, conforme o caso, inclusive, até a data do seu efetivo pagamento, exclusive, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora aos detentores das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento pela Emissora de comunicação nesse sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula IX desta Escritura de Emissão, ficando ressalvada a antecedência mínima de 02 (dois) Dias Úteis para a comunicação à CETIP a respeito de qualquer Evento de Vencimento Antecipado e a efetiva realização de qualquer pagamento, nos termos deste item 4.12.1.

4.13. RESGATE ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

4.13.1. Não haverá resgate antecipado obrigatório ou facultativo. Contudo, as Debêntures deverão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de indisponibilidade da Taxa DI, nos termos da Cláusula 4.10.4 acima.

4.13.2. A Emissora poderá adquirir Debêntures no mercado, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e as regras expedidas pela CVM, devendo tal(is) aquisição(ões) constar(em) do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, caso tal aquisição venha a ser efetuada por valor igual ou inferior ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora, (ii) permanecer em tesouraria, ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures

adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures.

4.14. MULTA E JUROS MORATÓRIOS

4.14.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração devida nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos a: (i) multa não compensatória equivalente a 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.15. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

4.15.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.14 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora na data prevista nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora nesse sentido não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito ao pagamento dos valores em atraso até a data do respectivo vencimento.

4.16. LOCAL DE PAGAMENTO

4.16.1. Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora, por meio da CETIP ou por meio do Banco Liquidante da Emissão para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.17. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

4.17.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com feriado declarado nacional, sábado, domingo, ou dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, sem qualquer acréscimo aos valores a

serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que a referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com sábado, domingo ou feriado declarado nacional. Portanto, para os fins desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da Oferta Restrita, “Dia(s) Útil(eis)” significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

4.18. PUBLICIDADE

4.18.1. Todos os atos e decisões relevantes decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares de Debêntures, deverão ser publicados sob a forma de “Aviso aos Debenturistas” no Diário Oficial do Estado do Paraná, no Jornal “Valor Econômico” e no jornal “Indústria & Comércio”, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações estabelecidas nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

4.19. REPACTUAÇÃO

4.19.1. As Debêntures não estarão sujeitas à repactuação.

4.20. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

4.20.1. Caso qualquer titular de Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, referido titular de Debêntures deverá encaminhar ao Escriturador, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não fosse imune ou gozasse de isenção tributária. Até a data de cada pagamento, o titular de Debêntures que goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária nos termos desta Cláusula 4.20.1 deverá permanecer titular das respectivas Debêntures, não podendo negociar suas respectivas Debêntures até data posterior a cada pagamento.

CLÁUSULA V. OBRIGAÇÕES DA EMISSORA

5.1. A Emissora obriga-se a:

(i) Fornecer ao Agente Fiduciário:

(a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do término de cada exercício social; (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos Auditores Independentes; (2) cópia de qualquer comunicação feita pelos Auditores Independentes à Emissora ou à sua respectiva administração, e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas/finanças da Emissora; (3) as demonstrações financeiras anuais da Novo Oriente; (4) relatório contendo memória de cálculo para acompanhamento dos limites e índices dos Covenants Financeiros previstos no item 4.11.1(xxxii) desta Escritura de Emissão, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção dos referidos índices financeiros devidamente calculados pela Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (5) declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (b) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social; e (d) que seus bens foram mantidos devidamente segurados, conforme práticas atuais da Emissora; em até 30 (trinta) dias contados da Data de Emissão, e/ou da inclusão de novos Contratos de Frota, conforme aplicável, fornecer ao Agente Fiduciário comprovação de que os clientes cujos pagamentos à Emissora relativos aos Contratos de Frota, nos termos do item 4.5.1.1(ii) ("Clientes") foram notificados conforme disposto no Contrato de Cessão Fiduciária. Tal comprovação de notificação deverá ser feita por meio de envio ao Agente Fiduciário de relatório assinado pela Emissora, contendo cópias das notificações enviadas aos Clientes, aviso de recebimento (AR), emitido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou outra forma que demonstre, de forma inequívoca, a notificação dos Clientes;

(b) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados das datas de suas divulgações, (1) cópias de suas Informações Trimestrais – ITR relativas ao respectivo trimestre acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos Auditores Independentes, caso solicitado pelo Agente Fiduciário devido à indisponibilidade de referido documento em fonte pública; (2) declaração dos administradores da Emissora

atestando o cumprimento de todas as suas obrigações constantes desta Escritura de Emissão; e (3) relatório contendo memória de cálculo para acompanhamento dos limites e índices *Covenants* financeiros previstos no item 4.11.1(xxxii) desta Escritura de Emissão, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção dos referidos índices financeiros devidamente calculados pela Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

(c) informação a respeito de qualquer dos eventos mencionados na Cláusula 4.11. acima, em até 2 (dois) Dias Úteis após o seu conhecimento pela Emissora, sem prejuízo do Agente Fiduciário poder declarar antecipadamente vencidas as obrigações relativas às Debêntures, nos limites desta Escritura de Emissão;

(d) avisos aos titulares das Debêntures e ao Agente Fiduciário, sobre fatos relevantes, bem como atas de assembleias gerais e reuniões do Conselho de Administração que deliberem a respeito de matérias relacionadas à Emissão e que, de alguma forma, envolvam o interesse dos titulares das Debêntures relacionados com a Emissora, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados a partir da data em que forem publicados;

(e) informações sobre qualquer descumprimento de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão;

(f) em até 5 (cinco) Dias Úteis todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;

(g) qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa verificar o cumprimento das obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da respectiva solicitação;

(h) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do descumprimento;

- (i) comunicação escrita sobre a ocorrência de uma Mudança Adversa Relevante no momento em que tomar conhecimento de cada evento ou situação; e
- (j) todas e quaisquer informações solicitadas pela CVM, BM&FBOVESPA, ANBIMA e/ou pela CETIP;
- (ii) cumprir todas as determinações legais aplicáveis e/ou emanadas da CVM, relacionadas com as Debêntures, inclusive mediante envio de documentos, e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas pela CVM, conforme aplicável, observada a legislação aplicável, devendo manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas na forma exigida pela CVM;
- (iii) não realizar operações com derivativos com objetivo que não seja de *hedge*, sendo certo que, para este fim, todas e quaisquer operações realizadas serão devidamente divulgadas nas demonstrações financeiras da Emissora, nos termos da regulamentação vigente;
- (iv) cumprir em todos os aspectos relevantes, as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (v) não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e/ou com esta Escritura de Emissão, sem prejuízo das demais disposições legais e regulamentares em vigor;
- (vi) manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes da Emissora;
- (vii) cumprir, de boa fé, todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (viii) cumprir, de boa fé, as obrigações que lhes são aplicáveis nos termos da legislação e regulamentação vigentes, inclusive ambiental, diligenciando para que suas atividades atendam às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais;
- (ix) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

- (x) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social, com os Documentos das Garantias e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- (xi) manter válidas todas as declarações e garantias previstas nesta Escritura de Emissão;
- (xii) manter atualizado o registro de companhia aberta na CVM e disponibilizar, via sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, aos seus acionistas e Debenturistas, as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as normas de divulgação de informações determinadas pela legislação e pela regulamentação da CVM;
- (xiii) manter contratados, durante o Prazo de Vigência das Debêntures, às suas expensas, o Escriturador, o Banco Liquidante, o Agente Fiduciário, a Agência de Classificação de Risco e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP 21);
- (xiv) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas e os princípios contábeis previstos na Lei das Sociedades por Ações e os princípios prescritos pela CVM ("Práticas Contábeis Adotadas no Brasil");
- (xv) submeter, na forma de lei, suas demonstrações financeiras a exame pelos Auditores Independentes;
- (xvi) convocar, nos termos desta Escritura de Emissão, AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura de Emissão, mas não o faça;
- (xvii) conduzir todas as operações com Partes Relacionadas em valores de mercado e bases equitativos;
- (xviii) aplicar os recursos obtidos na Emissão conforme determinado na Cláusula 3.4.1 desta Escritura de Emissão, bem como comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que possa importar em modificação da utilização desses recursos;

(xix) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão ou às Debêntures em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando ao disposto no artigo 48 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada;

(xx) contratar, para o início da Oferta, às suas expensas, a Agência de Classificação de Risco, devendo, ainda, com relação a pelo menos uma agência de classificação de risco, (a) mantê-la contratada, até a Data de Vencimento; (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco por ela preparadas com relação às Debêntures; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco com relação às Debêntures preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora; e (d) comunicar em até 01 (um) Dia Útil ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco de que tenha conhecimento; observado que, caso a Agência de Classificação de Risco cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja, ou seja, impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá (i) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's, a Fitch Ratings ou a Moody's Ratings; ou (ii) notificar em até 1 (um) Dia Útil o Agente Fiduciário e convocar AGD para que estes definam a agência de classificação de risco substituta, caso esta não seja uma das agências de classificação de risco indicadas no item (i);

(xxi) notificar, em até 1 (um) Dia Útil, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer AGD pela Emissora, bem como do respectivo edital de convocação e da proposta a ser submetida na referida AGD;

(xxii) comparecer às AGDs, sempre que solicitada;

(xxiii) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;

(xxiv) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures e que sejam de responsabilidade da Emissora;

(xxv) enviar para o sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, na data de seu recebimento, o relatório elaborado pelo Agente Fiduciário a que se refere à Cláusula 6.5., inciso xvi, abaixo;

(xxvi) enviar os dados financeiros, atos societários e organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar ao Agente Fiduciário todas as informações, que venham a ser por este solicitadas para a elaboração do relatório citado no inciso (xvi) da Cláusula 6.5. abaixo, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto no inciso (xvii) da Cláusula 6.5 abaixo; e

(xxvii) atender integralmente as obrigações previstas na Instrução CVM 476, em especial, as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:

- a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
- b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
- f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando em até 1 (um) dia útil o Coordenador Líder e o Agente Fiduciário; e
- g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.

5.2. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

5.3. A Emissora obriga-se a ressarcir o Agente Fiduciário de todas as despesas razoável e comprovadamente incorridas para proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures e/ou para realizar seus respectivos créditos, inclusive honorários advocatícios, e outras despesas e custos comprovados e razoavelmente incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão.

5.3.1. As despesas a que se refere a Cláusula 5.3 acima compreenderão, entre outras, as seguintes: (a) publicação de relatórios, avisos, editais e notificações conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outros que vierem a ser exigidos pela legislação e/ou regulamentação aplicável; (b) despesas cartorárias e emissão/obtenção de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora; (c) fotocópias, digitalizações, envio de documentos; (d) custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à emissão; (e) despesas de viagem, alimentação e transporte quando necessárias ao desempenho de suas respectivas funções/atribuições; e (f) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares das Debêntures.

5.3.2. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas comprovadas e razoavelmente incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos titulares das Debêntures, que não tenha sido pago na forma das Cláusulas 5.3 e item 5.3.1 acima, será acrescido à dívida da Emissora e preferirá às Debêntures na ordem de pagamento.

5.3.3. O ressarcimento das despesas de que trata a Cláusula 5.3 acima será efetuado em até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir da entrega à Emissora de cópia dos documentos

comprobatórios das despesas efetivamente incorridas pelo Agente Fiduciário, necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

5.3.4. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão de Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como, a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

CLÁUSULA VI. AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários acima qualificada, como agente fiduciário da Emissão a qual, por este ato, aceita a respectiva nomeação para, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, das demais disposições legais e regulatórias aplicáveis e da presente Escritura de Emissão, representar – a qualquer tempo – perante a Emissora, os interesses da comunhão dos titulares das Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara, sob as penas da lei:

(i) não ter qualquer impedimento legal, nos termos do artigo 66, parágrafos 1º e 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e do artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), para exercer a função que lhe é conferida;

- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no Artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (vi) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do BACEN e da CVM;
- (vii) ser instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (viii) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ix) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (x) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (xi) ter verificado a regularidade da constituição das Garantias prestadas aos Debenturistas, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos do inciso IX do artigo 12, da Instrução CVM 28,
- (xii) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (xiii) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão; e
- (xiv) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente

fiduciário na 3ª (terceira) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fidejussória adicional, em duas séries, para distribuição pública, da Emissora ("3ª Emissão da Emissora"), em que foram emitidas 25.000 (vinte e cinco mil) debêntures na data de emissão, sendo 18.000 (dezoito mil) debêntures para a 1ª série com vencimento em 15 de março de 2018, e 7.000 (sete mil) debêntures para a 2ª série com vencimento em 15 de março de 2019, no valor de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais). Até a presente data foram verificados eventos de amortização e não foi verificado qualquer evento de resgate, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 3ª Emissão da Emissora são garantidas por garantia fidejussória prestada pelos Garantidores, bem como por cessão fiduciária de Certificado de Depósito Bancário – CDB, dos direitos creditórios originados dos Contratos de Frota, e pela totalidade dos direitos da Emissora relativos à conta vinculada, conforme previsto na respectiva escritura de emissão.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que competem ao Agente Fiduciário, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão correspondente a uma remuneração anual de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil após a assinatura da presente Escritura de Emissão e, as demais parcelas, no mesmo dia dos anos subsequentes. Serão devidas parcelas anuais de remuneração do Agente Fiduciário até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento.

6.4.1. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

6.4.2. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

6.4.3. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 6.4 acima e seguintes será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGPM/FGV – Índice Geral de Preços ao Mercado, publicado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas (“IGPM/FGV”), ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata die*, caso necessário.

6.4.4. As parcelas de remuneração citadas na cláusula 6.4 acima e seguintes serão acrescidas dos seguintes tributos: ISS (Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), e/ou quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o IR (Imposto de Renda) nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.4.5. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração do Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% sobre o valor devido, sujeito a atualização monetária pelo IGPM/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

6.4.6. Eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário ou alteração nas características da Emissão facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos.

6.5. Constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, sem prejuízo de outros previstos na legislação e regulamentação aplicáveis e nesta Escritura de Emissão:

- (i) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (ii) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (iii) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

- (iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (v) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as possíveis omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (vi) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão, dos Documentos das Garantias e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades, de que venha a ter conhecimento, constantes de tais informações;
- (viii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (ix) verificar a regularidade da constituição das Garantias, bem como valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (x) examinar a proposta de substituição de bens dados em garantia em caso de inadimplemento da Emissora, quando esta estiver autorizada pelos Documentos da Garantia, manifestando a sua expressa e justificada concordância;
- (xi) intimar a Emissora a reforçar as Garantias, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- (xii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;

- (xiii) solicitar, quando considerar necessário e de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (xiv) convocar, quando necessário, AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.18 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão;
- (xv) comparecer às AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xvi) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do Artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - c) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - e) resgate, amortização e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, inclusive quanto à ocorrência dos eventos previstos nos itens da Cláusula IV acima, de acordo com as informações prestadas pela Emissora;
 - h) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias;

- i) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos nos itens 1 a 7 da alínea “k” do inciso XVII do artigo 12 da Instrução CVM 28; e
 - j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.
- (xvii) disponibilizar o relatório de que trata a alínea (xvi) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- a) na sede da Emissora;
 - b) no seu escritório;
 - c) na CVM;
 - d) na CETIP; e
 - e) na sede dos Coordenadores.
- (xviii) publicar, em conjunto com a Emissora e nos órgãos da imprensa referidos na Cláusula 4.18 acima, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere a alínea (xvi) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea (xvii) acima;
- (xix) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

(xx) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

(xxi) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de até 10 (dez) Dias Úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de qualquer das obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e/ou extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão de Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

a) à CVM; e

b) à CETIP;

(xxii) acompanhar a ocorrência dos eventos previstos na Cláusula IV acima e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos não sanados no prazo previsto;

(xxiii) divulgar as informações referidas no item (xvi), alínea (i) acima, em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento; e

(xxiv) disponibilizar o cálculo do Valor Unitário das Debêntures a ser realizado pela Emissora, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*.

6.6. Nos termos do disposto na Cláusula 4.11 acima, o Agente Fiduciário poderá lançar mão de quaisquer procedimentos, quer sejam judiciais ou extrajudiciais, em face da Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus respectivos créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

(i) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o respectivo Valor Nominal Unitário e/ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a Remuneração e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;

- (ii) executar garantias reais, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;
- (iii) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza, nos termos da legislação aplicável, quando aplicável;
- (iv) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos de Debenturistas; e
- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, extrajudicial ou similar liquidação, dissolução e/ou extinção da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos itens (i) a (iv) acima se, convocada qualquer a AGD, e esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares de Debêntures em circulação, bastando, porém a deliberação por titulares de Debêntures que representem a maioria das Debêntures em circulação presentes à AGD, quando tal hipótese se referir ao disposto no item (v) acima.

6.7. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura da presente Escritura de Emissão até a Data de Vencimento, sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.8. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

6.9. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de quaisquer documentos de natureza societária da Emissora, que permanecerão sob a obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

6.10. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em AGD, conforme aplicável nos termos desta Escritura de Emissão e dos Documentos das Garantias.

6.11. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento dos *Covenants* Financeiros.

6.12. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada uma AGD, em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do evento que a determinar, para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário – a ser substituído –, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) Dias Úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a nomeação, sendo certo que a CVM poderá nomear um agente fiduciário substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará remuneração ao novo agente fiduciário que seja superior à remuneração avençada nesta Escritura de Emissão.

6.12.1. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá o Agente Fiduciário comunicar imediatamente tal fato à Emissora e aos Debenturistas, mediante convocação da AGD, solicitando sua substituição.

6.12.2. É facultado aos titulares das Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu respectivo substituto, em AGD especialmente convocada para tal fim, nos termos desta Escritura de Emissão.

6.12.3. Caso ocorra efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto perceberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário, similar em todos os respectivos termos e condições, ficando estabelecido que a primeira parcela de remuneração devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de suas funções como agente fiduciário da Emissão. A remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD.

6.12.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9 da Instrução CVM 28, conforme o caso, e eventuais normas posteriores que versem a esse respeito.

6.12.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCEPAR.

6.12.5.1. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso, nos termos da Cláusula IX abaixo.

6.12.5.2. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento à presente Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição, a Data de Vencimento, ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.12.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA VII ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, deliberar sobre os assuntos pertinentes à Emissão e/ou às Debêntures mediante AGD, aplicando-se a AGD, no que for pertinente, as disposições do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

7.1.1. Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, virem a envolver direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser, obrigatoriamente, comunicados sob a forma de “Aviso aos Debenturistas”, a ser enviado aos Debenturistas, conforme as disposições da Cláusula IX abaixo.

7.2. Cada AGD poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures, conforme o item 7.2.1 abaixo, ou, ainda, pela CVM.

7.2.1. A convocação AGD dar-se-á nos termos do item 7.2 acima, através de anúncio publicado de acordo com as regras aplicáveis à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

7.3. Aplica-se à AGD, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações para assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista que for designado pelos demais Debenturistas presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. A AGD será convocada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

7.4.1. A convocação para a realização de AGD em segunda convocação deverá ser realizada com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência da data marcada para a respectiva instalação, podendo ser realizada por ocasião da primeira convocação.

7.4.2. Independentemente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a AGD à qual comparecerem a totalidade dos titulares das Debêntures em circulação.

7.5. Nos termos do artigo 71, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade mais uma das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

7.6. Cada Debênture em circulação conferirá a seu respectivo titular o direito a 1 (um) voto na AGD, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão ou na legislação aplicável, serão tomadas por titulares de Debêntures que representem a maioria das Debêntures em circulação, sendo admitida a constituição de mandatários dos titulares de Debêntures, Debenturistas ou não.

7.6.1. Sem prejuízo do disposto no item 7.6 acima, qualquer alteração: (i) no prazo de vigência das Debêntures; (ii) na data de pagamento do Valor Nominal Unitário, e/ou da Remuneração; (iii) no parâmetro de cálculo da Remuneração; (iv) no quorum de deliberação da AGD; (v) à Cláusula 4.11 acima; e (vi) das Garantias concedidas (sendo que a adição e/ou substituição de Direitos Creditórios Cedidos, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, não será considerada uma alteração das Garantias concedidas), deverá ser aprovada por titulares de Debêntures de que representem, no mínimo 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

7.6.2. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures deverá observar os quóruns indicados nos itens 4.11.2.1 e 4.11.3 desta Escritura de Emissão, conforme o caso.

7.6.3. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão, dependerá da aprovação, seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer outra subsequente, da maioria dos titulares de Debêntures em circulação, salvo se diversamente indicado nesta Escritura de Emissão.

7.7. Para efeito da constituição do quórum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula VII, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures quaisquer Debêntures detidas pela Emissora e mantidas em tesouraria, ou por suas respectivas afiliadas, respectivos diretores e/ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

7.8. Será obrigatória a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pela Emissora, enquanto que nas assembleias convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Emissora será facultativa, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA VIII – DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DOS GARANTIDORES

8.1. Cada qual entre a Emissora e os Garantidores declara e garante a todos e quaisquer Debenturistas e ao Agente Fiduciário que, na data da assinatura desta Escritura de Emissão:

- (i) a Emissora é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, incluindo, sem limitação a Lei das Sociedades por Ações;
- (ii) a Emissora está registrada perante a CVM como emissora de valores mobiliários na categoria “A”, nos termos da Instrução CVM 480, sob o nº 2328-0 e que referido registro está e permanecerá atualizado perante a CVM durante toda a vigência deste Contrato;
- (iii) a Emissora e os Garantidores, conforme aplicável, estão devidamente autorizados a celebrar esta Escritura de Emissão, o Contrato de Cessão Fiduciária, o Contrato de Colocação e a cumprir suas obrigações aqui e lá previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários;
- (iv) os representantes legais da Emissora e da Novo Oriente que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora e da Novo Oriente, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (v) esta Escritura de Emissão, os Documentos das Garantias e as obrigações aqui e ali previstas, inclusive, no caso dos Garantidores, a Fiança, constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora e dos Garantidores (conforme o caso), exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (vi) a celebração desta Escritura de Emissão, a formalização do Contrato de Cessão Fiduciária e do Contrato de Colocação, a realização de Emissão e a colocação das Debêntures não infringem nenhuma disposição legal, regulatória, contrato ou instrumento relevante para os negócios da Emissora dos quais a Emissora e/ou quaisquer dos Garantidores seja parte nem importará: (a) no vencimento antecipado de obrigações estabelecidas em quaisquer de tais

contratos e/ou instrumentos; (b) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos; ou (c) na criação de qualquer ônus sobre quaisquer ativos ou bens da Emissora, de quaisquer dos Garantidores e/ou de suas afiliadas, exceto pelas Garantias indicadas na Cláusula 4.5 acima;

(vii) a Emissora e a Novo Oriente, nesta data, detém todas as autorizações, concessões e licenças (inclusive ambientais) relevantes necessárias para o exercício de suas atividades, as quais se encontram válidas e em pleno efeito, exceto nas hipóteses em que a falta de obtenção ou de manutenção das referidas autorizações e licenças não comprometa a capacidade operacional da Emissora;

(viii) exceto com relação a processos judiciais não provisionados em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil, a Emissora não possui quaisquer passivos materiais que já tenham sido demandados ou exigidos, nem passivos materiais ou contingências materiais decorrentes de operações praticadas que não estejam refletidos nas respectivas demonstrações financeiras ou em suas notas explicativas ou que não tenham sido divulgados nos termos da regulamentação aplicável;

(ix) as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014, bem como as informações financeiras relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis determinados pela regulamentação aplicável, refletindo corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora, de forma consolidada (quando aplicável);

(x) inexistem: (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental em curso ou, em seu conhecimento pendente, que não tenha sido divulgada nos termos da regulamentação aplicável e que possa vir a causar uma Mudança Adversa Relevante;

(xi) cumprirão todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e dos Documentos das Garantias, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula III acima;

- (xii) as informações fornecidas pela Emissora e pelos Garantidores no contexto da Oferta Restrita são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;
- (xiii) não omitiram ou omitirão nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos investidores nas Debêntures;
- (xiv) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (xv) têm plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures, inclusive nas hipóteses de vencimento antecipado, nos termos desta Escritura de Emissão, foi acordada por livre vontade entre a Emissora e a instituição intermediária líder responsável pela Oferta Restrita, em observância ao princípio da boa-fé;
- (xvi) estão familiarizados com instrumentos financeiros com características semelhantes às das Debêntures;
- (xvii) os administradores da Emissora têm ciência dos termos das Debêntures, estão familiarizados com seus propósitos e objetivos e aprovaram a Emissão;
- (xviii) são pessoas sofisticadas e têm o conhecimento e a experiência em assuntos financeiros e de negócios, inclusive no que diz respeito a operações da mesma natureza que as Debêntures, que os capacitam a avaliar o mérito, os riscos e a adequação das Debêntures;
- (xix) as obrigações de pagamento da Emissora e dos Garantidores nos termos desta Escritura de Emissão não são subordinadas a quaisquer outros créditos quirografários que venham a ser detidos por qualquer pessoa contra a Emissora e os Garantidores e, exceto pela prioridade ou titularidade conferida aos Debenturistas sobre as Garantias, serão tratadas, pelo menos, em igualdade de condições (*pari passu*) a quaisquer outros créditos quirografários detidos contra a Emissora e os Garantidores (com exceção dos que disponham de privilégios creditórios imperativamente conferidos exclusivamente por lei e não por ato da Emissora e dos Garantidores);

- (xx) cumprem as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, os quais são pautados pelo respeito e observância aos melhores padrões socioambientais;
- (xxi) cumprem rigorosamente o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão. Procedem a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (xxii) inexistente investigação formal, processo administrativo ou judicial, no Brasil ou no exterior, referente à prática de corrupção, suborno ou de atos lesivos à administração pública, conforme a Lei Federal Brasileira nº 12.846/13, o *US Foreign Corrupt Practices Act of 1977* e o *UK Bribery Act 2010*, conforme aplicável, envolvendo a Emissora, os Garantidores e/ou empresas do seu grupo econômico;
- (xxiii) a Emissora cumpre, em todos os aspectos materiais, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos e autoridades públicas e/ou governamentais, autarquias e/ou tribunais, exceto aquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais e/ou administrativos apropriados, e/ou aquelas cujo descumprimento não cause ou possa causar uma Mudança Adversa Relevante ou Evento de Vencimento Antecipado; e
- (xxiv) não prestaram declarações falsas, imprecisas ou incompletas aos Debenturistas, ao Agente Fiduciário ou qualquer empresa integrante do grupo econômico do Agente Fiduciário, e desde a data das informações trimestrais referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 não há pendências, judiciais ou administrativas; de qualquer natureza, no Brasil ou no exterior, que causem ou possam causar uma Mudança Adversa Relevante ou Evento de Vencimento Antecipado.

8.2. Cada qual entre os Garantidores ainda declara e garante a todos e quaisquer Debenturistas e ao Agente Fiduciário que, na data da assinatura desta Escritura de Emissão:

- (i) está ciente e aceita todos os termos e condições constantes da presente Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Garantias;
- (ii) não se encontra em situação de insolvência e não se encontrará em situação de insolvência em razão da formalização da presente Escritura de Emissão;
- (iii) firma a presente Escritura de Emissão e outorga a Fiança de que trata a Cláusula 4.5 acima, nos termos das disposições legais aplicáveis e/ou em conformidade com seus atos constitutivos.

8.3. A Emissora e os Garantidores, conforme o caso, se comprometem a notificar em até 2 (dois) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas sejam falsas e/ou incorretas na data em que foi prestada.

CLÁUSULA IX – NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

- (i) Se para a Emissora:

OURO VERDE LOCAÇÃO E SERVIÇO S.A.

Rua João Bettega. nº 5.700, CIC,

CEP 81.350-000, Curitiba - PR

Tel.: (41)3239.7052

Fax: (41) 3239 7077

At: Eduardo Takahara

Karlis J. Krukalis

E-mail: eduardo.takahara@ouroverde.net.br

karlis@ouroverde.net.br; ri@ouroverde.net.br

(ii) se para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304
CEP 22640-102, Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

At: Nathalia Machado Loureiro

Marcelle Motta Santoro

Marco Aurélio Ferreira

E-mail: operacional@pentagonotruster.com.br

(iii) se para o Banco Liquidante

BANCO BRADESCO S.A.

Avenida Yara, S/N, Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º Andar
CEP 06029-900, Osasco – SP

Tel.: (11) 3864-7911

Fax: (11) 3684-2852

At: João Batista de Souza

Fabio da Cruz Tomo

E-mail: 4010.jbsouza@bradesco.com.br

4010.custodiarf@bradesco.com.br

(iv) se para o Escriturador:

BANCO BRADESCO S.A.

Avenida Yara, S/N, Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º Andar
CEP 06029-900, Osasco – SP

Tel.: (11) 3864-7911

Fax: (11) 3684-2852

At: João Batista de Souza

Fabio da Cruz Tomo

E-mail: 4010.tomo@bradesco.com.br

(v) se para CETIP

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º andar

CEP 01452-001, São Paulo -SP

Tel.: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1559

At.: Superintendência de Valores Mobiliários

ou

Av. República do Chile, 230, 11ª andar

CEP 20031-170, Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

(vi) se para os Garantidores:

CELSO ANTONIO FRARE/NOVO ORIENTE PARTICIPAÇÕES LTDA.

Rua João Bettega, nº 5.700, CIC

CEP 81.350-000, Curitiba - PR

Tel.: (41)3239-7008

Fax: (41) 3239-7077

At: Celso Antonio Frare

Eduardo Takahara

Karlís J. Krukliś

E-mail: eduardo.takahara@ouroverde.net.br

karlis@ouroverde.net.br

celso@ouroverde.net.br

9.2. As notificações e/ou comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento”

expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu respectivo recebimento seja confirmado por meio de indicativo de recebimento (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir do envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a cada uma das demais pessoas indicadas nesta Cláusula IX pela pessoa que tiver seu endereço alterado.

CLÁUSULA X – DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Ausência de Vínculo: esta Escritura de Emissão não implica a formação de qualquer vínculo de qualquer natureza entre a Emissora, os Garantidores e os Debenturistas, nem entre uma parte e os empregados e contratados da outra parte, permanecendo cada parte exclusivamente responsável pela remuneração e respectivos encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários, bem como pelas reclamações e ações de seus funcionários, empregados e/ou contratados, devendo manter a outra parte a salvo de tais reclamações, ações e demandas, e indenizá-la de todas e quaisquer quantias, inclusive honorários advocatícios e custas judiciais devidas em decorrência de tais reclamações, ações e demandas, inclusive reivindicações relativas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e quaisquer direitos previdenciários.

10.2. Independência das Disposições: se qualquer termo ou outra disposição desta Escritura de Emissão for considerado inválido, ilegal ou inexecutável diante de qualquer norma legal e/ou de ordem pública, todos os demais termos e disposições desta Escritura de Emissão permanecerão, independentemente, em pleno vigor e efeito pelo tempo em que o substrato econômico e jurídico das operações contempladas nesta Escritura de Emissão não for prejudicado. Quando qualquer termo ou outra disposição for considerado inválido, ilegal ou inexecutável, a Emissora e os Debenturistas negociarão em boa fé a alteração desta Escritura de Emissão de modo a fazer vigorar sua intenção original da melhor maneira possível, e a fim de que as transações aqui contempladas sejam realizadas e preservadas.

10.3. Hipóteses de Aditamento da Escritura sem aprovação dos Debenturistas: As Partes concordam que a presente Escritura de Emissão, assim como os demais documentos da

Emissão poderão ser alterados, sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas, sempre que e somente (i) quando tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM, ANBIMA, BM&FBovespa ou da CETIP; (ii) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; (iii) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, ou (iv) exceto pela substituição dos Contratos de Frota, respeitados os critérios de elegibilidade descritos no Contrato de Cessão Fiduciária, desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.

10.4. Renúncia: o não exercício por qualquer dos Debenturistas, pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário de quaisquer de seus direitos, ou a não execução de quaisquer dos termos ou condições desta Escritura de Emissão não serão considerados renúncia a esses direitos, exceto quanto a direitos especificamente limitados à data de seu exercício, nem impedirão qualquer um dos Debenturistas, a Emissora e/ou o Agente Fiduciário de fazer valer ou exercer quaisquer desses direitos.

10.4.1. A eventual tolerância, por qualquer dos Debenturistas, pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, da inexecução de quaisquer cláusulas ou condições desta Escritura de Emissão, a qualquer tempo, deverá ser interpretada como mera liberalidade, não implicando, portanto, em novação, transação, perdão, renúncia ou dispensa da obrigação assumida, nem desistência do cumprimento das disposições aqui contidas, ainda que o dispositivo violado possa ser considerado como cancelado ou modificado unilateralmente.

10.5. Irrevogabilidade: a presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e os Garantidores por si e seus sucessores a qualquer título.

10.6. Acordo Integral: esta Escritura de Emissão, o Contrato de Colocação e os Documentos das Garantias constituem o único e integral acordo com relação aos negócios aqui contidos e/ou lá contidos. Quaisquer documentos, compromissos e avenças anteriores, orais, escritos ou de outra forma estabelecidos entre a Emissora e quaisquer dos Debenturistas, o Coordenador, ou outra pessoa, conforme o caso, e referentes ao objeto desta Escritura de Emissão serão considerados cancelados e não afetarão ou modificarão quaisquer dos seus termos ou obrigações estabelecidos nesta Escritura de Emissão.

10.7. Execução Específica e Título Executivo Extrajudicial: para os fins da presente Escritura de Emissão, a Emissora está ciente e aceita que a presente Escritura de Emissão representa um título executivo extrajudicial para todos os fins e efeitos legais, especialmente aqueles contemplados pelo Código de Processo Civil e que as obrigações contidas nesta Escritura de Emissão estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 461, 632 et seq. do Código de Processo Civil.

10.8. Acordo Mútuo, Boa-fé e Equidade: as Partes e os intervenientes anuentes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura de Emissão foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

CLÁUSULA XI – FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões e/ou conflitos porventura oriundos desta Escritura de Emissão.

E, POR ESTAREM ASSIM JUSTAS E CONTRATADAS, as Partes e as intervenientes anuentes firmam a presente Escritura de Emissão, em 6 (seis) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as duas testemunhas abaixo assinadas.

Curitiba, 03 de novembro de 2015

(Restante da página deixado intencionalmente em branco)

Página de assinaturas 1/6 do Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Ouro Verde Locação e Serviço S.A..

OURO VERDE LOCAÇÃO E SERVIÇO S.A.

Nome: Karlis Jonatan Krukliis

Cargo: Diretor Presidente

Página de assinaturas 2/6 do Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Ouro Verde Locação e Serviço S.A..

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome:

Cargo:

Página de assinaturas 3/6 do Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Ouro Verde Locação e Serviço S.A..

CELSO ANTONIO FRARE

(Garantidor)

RG: 514.936-3 (SSP-PR)

CPF: 027.396.159-49

Página de assinaturas 4/6 do Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Ouro Verde Locação e Serviço S.A..

LIA NARA QUEIROZ FRARE

(CÔNJUGE ANUENTE)

RG: 877.899-0 (SSP/PR)

CPF: 872.511.679-72

Página de assinaturas 5/6 do Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Ouro Verde Locação e Serviço S.A..

NOVO ORIENTE PARTICIPAÇÕES LTDA.

(GARANTIDOR)

Nome: Celso Antonio Frare

Cargo: Diretor

Página de assinaturas 6/6 do Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Ouro Verde Locação e Serviço S.A..

TESTEMUNHAS

Nome:

RG:

CPF

Nome:

RG:

CPF

Anexo 4.8.1.**Tabela de Amortização das Debêntures**

	Data de Pagamento	Percentual de Amortização do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário)
1.	11 de dezembro de 2016	4,1667%
2.	11 de janeiro de 2017	4,1667%
3.	11 de fevereiro de 2017	4,1667%
4.	11 de março de 2017	4,1667%
5.	11 de abril de 2017	4,1667%
6.	11 de maio de 2017	4,1667%
7.	11 de junho de 2017	4,1667%
8.	11 de julho de 2017	4,1667%
9.	11 de agosto de 2017	4,1667%
10.	11 de setembro de 2017	4,1667%
11.	11 de outubro de 2017	4,1667%
12.	11 de novembro de 2017	4,1667%
13.	11 de dezembro de 2017	4,1667%
14.	11 de janeiro de 2018	4,1667%

15.	11 de fevereiro de 2018	4,1667%
16.	11 de março de 2018	4,1667%
17.	11 de abril de 2018	4,1667%
18.	11 de maio de 2018	4,1667%
19.	11 de junho de 2018	4,1667%
20.	11 de julho de 2018	4,1667%
21.	11 de agosto de 2018	4,1667%
22.	11 de setembro de 2018	4,1667%
23.	11 de outubro de 2018	4,1667%
24.	11 de novembro de 2018	Saldo do Valor Nominal Unitário
	Total	100%